



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP: 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



Processo: 0147.001.0005715

Requerente: Vereador Carlos Eduardo (Maninho)

Súmula: Proposição: Projeto de Lei que "**Dispõe sobre Ações de Combate ao mosquito da Dengue**"

RELATÓRIO

Trata-se de uma proposição de origem do Poder Legislativo Municipal, solicitando aprovação do Projeto de Lei que outorga o "*Dispõe sobre Ações de Combate ao mosquito da Dengue*", conforme justificativa anexa.

Refira-se que, a ementa da referida proposição assim expõe: "***Fica instituído a obrigação do controle entomológico do mosquito da dengue no município de Sapucaia do Sul através de ações concretas realizadas em conjunto pelas Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Saúde, Educação, Mobilidade Urbana e Obras, sendo 1 (uma) ação a cada trimestre 3 (três) ações por ano***".

Breve é o relatório.

PARECER

No aspecto formal/legal, anotamos que o projeto de lei em apreço encontra óbice legal para o seu prosseguimento, haja vista que, está a infringir o que dispõe a Lei Orgânica Municipal em seu art. 55, inciso III, senão vejamos:

Art. 55 **Compete, privativamente ao Prefeito,** a iniciativa de projeto de Lei que disponham sobre:

III – criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e órgãos da administração pública municipal;

(grifou-se).

1



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



Analisando a referida proposta, verificamos existir por parte do Vereador ora proponente, o interesse em que o Executivo Municipal, através de diversas Secretarias (Saúde, Meio Ambiente, Educação, Mobilidade e Obras), adote providências e obrigações para controle entomológico do mosquito da dengue no Município.

Tal proposição resta inviabilizada em virtude de estar atribuindo obrigações às Secretarias da Administração Municipal, o que por certo, conforme se denota do art. 55, inciso III da Lei Orgânica, considera como sendo competência privativa do Prefeito do Município.

Neste sentido, entendemos como viável, a remessa de indicação de proposição legislativa ao Poder Executivo Municipal, a fim de que seja efetivada a devida análise e futuro encaminhamento de Projeto de Lei para deliberação por parte dos Edis.

Assim, em que pese o relevo social da nobre proposição legislativa ora apresentada, opino quanto à impossibilidade do seu prosseguimento, calcado no óbice legal do art. 55, III, da Lei Orgânica Municipal, com o chamado vício de iniciativa (vício de inconstitucionalidade formal), a quem compete privativamente dispor sobre a matéria, qual seja, privativamente ao Prefeito Municipal.

Remetemos à conclusão das comissões competentes.

É o parecer.

Sapucaia do Sul, 24 de fevereiro de 2017.

João Roberto da Fonseca Junior
Procurador Chefe
OAB/RS 69.257